

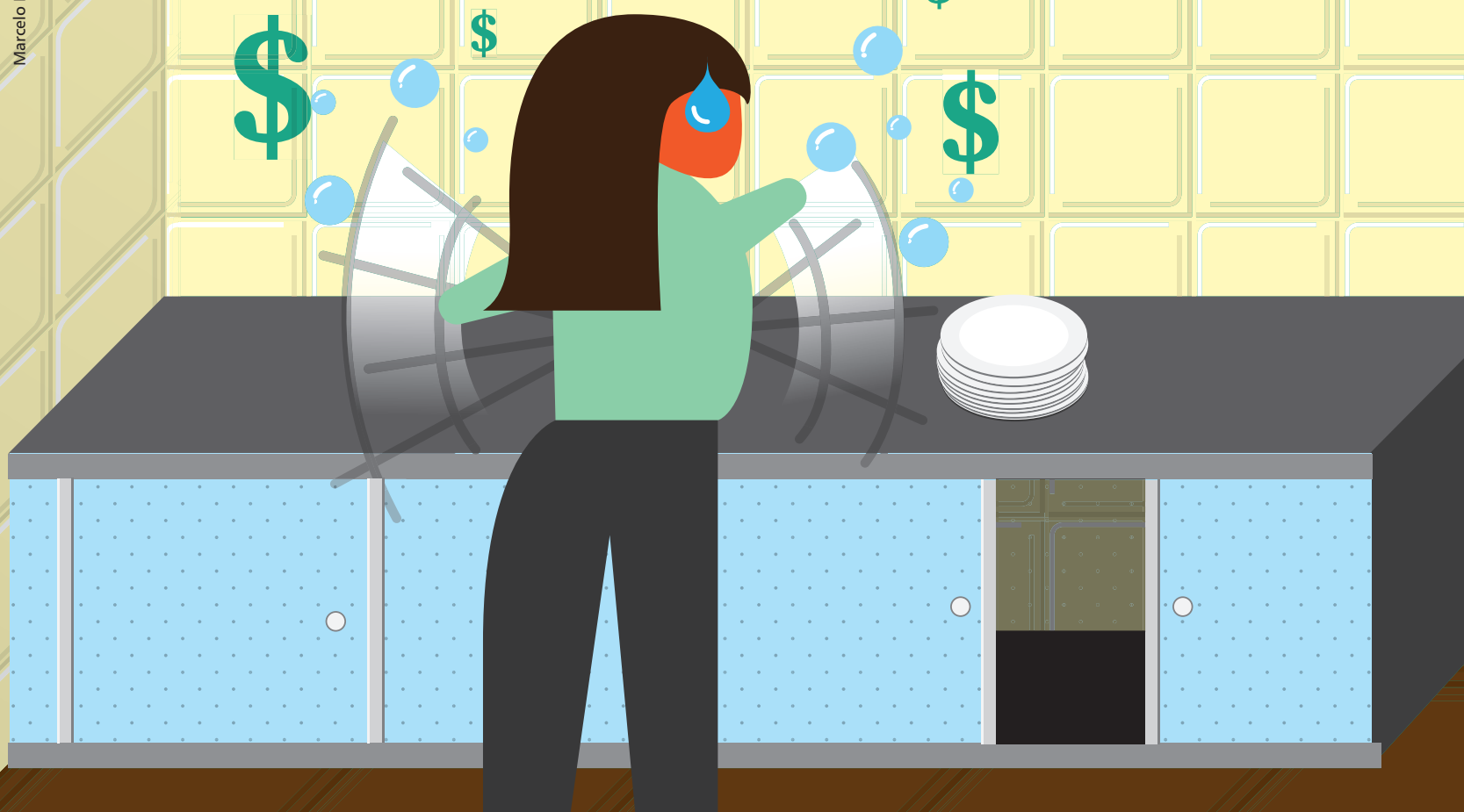
Boletim

Nº 2.026 - Ano 44 - 6 de agosto de 2018

À luz da psicanálise,
estudo faz inventário da
'vida escrita' de Kafka

Página 8

Marcelo Lustosa/UFMG



QUANTO VALE ESSA DEDICAÇÃO?

Tese defendida no Programa de Pós-graduação em Demografia da Face estima que o trabalho doméstico geraria o equivalente a 10% do PIB brasileiro caso fosse remunerado. As mulheres, que são responsáveis por 85% dos afazeres do lar, passam a maior de seu tempo realizando atividades domésticas para outros membros da família. Os homens são os maiores beneficiários dessa transferência de tempo.

Página 5

O INTELLECTUAL MIDIÁTICO

Marcos Fabrício Lopes da Silva*

Não é de hoje que os intelectuais passaram a exercer uma função midiática que extrapola as antigas aparições públicas, nas quais a fala do acadêmico se apresentava como um diferenciador no âmbito do debate público. Entre a tagarelice das opiniões de pouca solidez, porém repetidas como se certezas fossem, a figura do conhecedor, do estudioso, ou mesmo do especialista surgia como um tipo de freio às vulgarizações e distorções do cotidiano. Nos últimos anos, contudo, a diferença explícita entre o conhecimento e a simples informação, entre o papel do intelectual e a função midiática não só diminuiu, como se tornou quase nula. Nesse contexto, não demoraria muito para que o ambiente universitário (ainda considerado por muitos acadêmicos um campo “afastado” e “superior” à realidade externa) também fosse absorvido pela “sociedade do espetáculo”. Eis que surge uma nova figura no *status quo* pós-moderno: o “intelectual midiático”.

Não surpreende, portanto, se as tecnologias informáticas, eletrônicas e cibernéticas, dominadas por gigantescos conglomerados internacionais, tomam conta de todas as esferas da vida humana, atraindo muitos intelectuais a seu serviço. Assim, hoje, para a sua formação, o intelectual é compelido a tornar-se especialista da imagem, do som, dos jogos de linguagem, das virtualidades eletrônicas. No mundo das sensações, das modas e dos rápidos contágios massificados, é fundamental que se aprenda, acima de tudo, a manejar a arte da aparência. Por isso, chega-se a falar no fim do intelectual político-pedagógico vinculado à escrita, à escola, ao partido, às organizações populares. O que se celebra agora é o advento da inteligência na “videoesfera”, no simbolismo e nas criações instantâneas, nos “spots” comerciais e nos condensados e efêmeros “insights” em tela. O intelectual “clássico”, cultor da razão e da cosmovisão, da paciência histórica e da pedagogia política popular, é suplantado pela “inteligência emocional” e pelos recursos tecnológicos. O objetivo da “videoesfera” não é a educação – “ranço iluminista!” –, mas o entretenimento e a sedução.

Com o intuito de atribuir um padrão supostamente “científico” à grade de programação, muitos veículos de comunicação convidam os “intelectuais midiáticos” a legitimar suas posições controversas que, não raro, são fomentadas por visões racistas, classistas, misóginas ou pró-imperialistas. Sendo assim, em troca de visibilidade midiática, ou mesmo por pura vaidade, indivíduos que deveriam contribuir para a difusão do conhecimento transformam-se em meras correias de transmissão para o que há de mais nefasto e conservador no pensamento brasileiro. Lastimável contrassenso.

Para ser um “intelectual midiático”, não é necessário ser reconhecido pelos seus pares ou tampouco possuir uma obra acadêmica contundente e profícua. Além de apresentar a já citada desenvoltura diante das câmeras, o aspirante a “intelectual midiático” tem de seguir ao menos três regras básicas: ser dono de um discurso totalmente condizente com o pensamento conservador da mídia hegemônica, ter a hercúlea capacidade de simplificar questões demasiadamente complexas para o grande público e opinar frequentemente sobre qualquer coisa, não importando qual seja o assunto em pauta.

À esteira do pensamento expresso por Othon M. Garcia, em *Comunicação em prosa moderna* (1967), pode-se dizer que o intelectual homologado faz da linguagem, oral ou escrita, um veículo de escamoteação de ideias e não de comunicação clara, objetiva e coerente. Nesse sentido, prefere-se o fundamentalismo ideológico à radicalidade argumentativa. A ofensa entra em campo no lugar da crítica. O debate perde espaço para o combate. A arte da desconversa se consagra como estilo preponderante de quem só busca comparsas ideológicos, favorecendo, assim, a propagação do consenso artificial transmitido unilateralmente e, portanto, avesso aos mecanismos saudáveis da divergência, da relativização e da pluralidade existentes no mundo do livre pensar.

Adverte o psicólogo Yuri Amaral que, aos borbotões, verifica-se a predominância do *stand-up epistemológico* como artifício

discursivo perigoso. Ou seja, um espetáculo de humor reacionário vem tomando conta da performance vazia de pensadores que atuam exclusivamente para impressionar a plateia com frases de efeito e desenvoltura cordial-carismática. Os “intelectuais homologados” – feliz expressão de Marilena Chauí – preferem tocar os clarins da fama a desafinar o coro dos contentes. Logo, a celebridade intelectual se comporta como reis em pele de bobos da corte. Atuam desse modo, como farsantes que fabricam falsa moeda reflexiva para garantir seu triunfo sobre o mercado da convicção. Eles representam exatamente o oposto do modelo do intelectual da esfera pública, aquele dedicado a grandes temas de interesse nacional e popular, com abordagem alternativa e com linguagem acessível a todos.

Os intelectuais midiáticos espalham elegância oca, afetação retórica, exuberância léxica, fraseado bonito, enfim, todos os requintes estilísticos preciosistas e estéreos que mais falseiam a expressão das ideias do que contribuem para a sua fidedignidade. Deixam de lado a clareza, a precisão de ideias e a coerência para investir todas as suas fichas reflexivas no desempenho enfático: de afirmação em afirmação bombástica, o “intelectual-trator” se mostra escravizado pelo calor das horas para destilar seus sofismas combativos como se fossem pensamentos agudos. Costuma pintar também na arena do pensamento dos nossos tempos o fetiche do intelectual autêntico que não tem papas na língua e fala a verdade, somente a verdade, doa a quem doer. Nesses casos, o rude se confunde tragicamente com o sincero, e o argumento de autoridade costuma infelizmente prevalecer sobre a autoridade do argumento.

* Professor da Faculdade JK, no Distrito Federal. Jornalista, formado pelo UniCEUB. Poeta. Doutor e mestre em Estudos Literários pela UFMG. Graduando em Letras pela UnB.

Esta página é reservada a manifestações da comunidade universitária, por meio de artigos ou cartas. Para ser publicado, o texto deverá versar sobre assunto que envolva a Universidade e a comunidade, mas de enfoque não particularizado. Deverá ter de 5.000 a 5.500 caracteres (com espaços) e indicar o nome completo do autor, telefone ou correio eletrônico de contato. A publicação de réplicas ou trélicas ficará a critério da redação. São de responsabilidade exclusiva de seus autores as opiniões expressas nos textos. Na falta destes, o BOLETIM encomenda textos ou reproduz artigos que possam estimular o debate sobre a universidade e a educação brasileira.

IMAGEM põe a MESA

ICA desenvolve modelo computacional baseado em análise de fotografias para identificar qualidade de produtos agrícolas

Amanda Lelis

Ao comprar um tomate, é difícil imaginar, por exemplo, o teor de açúcar ou de acidez presente no alimento. Pesquisadores acreditam que, com um celular em mãos, será possível identificar características como essas com base em uma fotografia feita em tempo real. A proposta não está muito longe de ser concretizada. Estudo realizado no Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da UFMG propõe a criação de modelo para caracterização e avaliação da qualidade de produtos agrícolas. Por meio da análise de imagens, os testes feitos com tomates já alcançaram resultados positivos.

O estudo lança mão da mineração de dados, que consiste na busca de padrões ou características em um grande conjunto de informações sobre determinado produto, visando prever resultados. O professor do ICA Rodolpho Tinini, um dos autores da pesquisa, explica que os resultados possibilitariam desenvolver um indicador de análise de imagem computacional para a indústria e criar um sistema de classificação dos produtos destinado a redes de supermercado ou mesmo ao consumidor final.

“A perspectiva é que a gente consiga gerar um produto para benefício do consumidor e dos vendedores. Eles poderiam ter um controle de estoque, um controle de qualidade dos produtos baseado em análise computacional de dados. Hoje, a verificação é basicamente visual, tanto nas redes de varejo quanto no próprio trato pós-colheita feito na indústria. Substituir a análise humana pela computacional pode tornar o processo mais rápido e mais preciso”, esclarece o professor.



Fotos: Amanda Lelis/UFMG

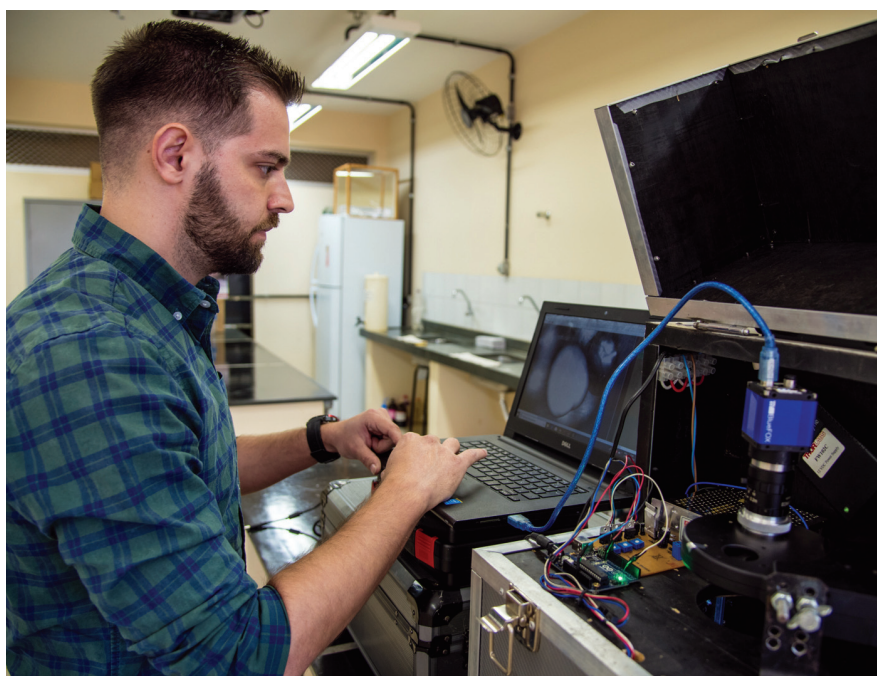
Testes com tomates apresentaram resultados positivos

Fechar a cadeia

A pesquisa propõe a coleta de dados por meio não só das imagens, mas também da utilização de outras tecnologias, em diferentes estágios da cadeia produtiva. A ideia é montar uma sólida base de dados que contemple as características ambientais, do solo, da condução e do crescimento da planta e do momento da colheita. “Nosso projeto visa fechar toda a cadeia, coletar dados não só de imagens, mas também de produção, bem monitorados, baseados em agricultura de precisão”, explica Rodolpho Tinini.

Para a construção do banco de dados, foram analisadas imagens espectrais de tomates. De acordo com o professor do ICA, com base nos primeiros resultados, já foi possível elaborar um indicador de análise em diferentes estágios de maturação do tomate. “Conseguimos montar um gradiente e enquadrar o produto. Quanto mais ele reflete, mais se evidencia uma característica, como a cor, a acidez ou a quantidade de açúcar”, diz. Rodolpho Tinini explica que foram verificadas duas janelas de excitação espectral para o tomate, uma baseada em clorofila e a outra em betacaroteno e antocianina, compostos de pigmentação do fruto. Essas duas indicações possibilitariam diferenciar bem o produto pela imagem e montar o gradiente de classificação.

Os resultados da pesquisa foram publicados no *Journal of Agricultural Science and Technology* (<https://bit.ly/2OAmWnT>), revista científica internacional especializada em agricultura. Além de Rodolpho, lotado no campus regional da UFMG em Montes Claros, também são autores do trabalho Júlia Lopes Governici, Rodrigo Magalhães Faria, ambos da Universidade Federal de Viçosa, e Barbara Janet Teruel Mederos, da Unicamp.



Tinini: meta é desenvolver sistema para beneficiar produtores e consumidores

CANNABIS na academia

Pesquisa mostra as associações do consumo de maconha com desempenho acadêmico e perfil socioeconômico de universitários

Itamar Rigueira Jr.

O desempenho dos universitários que fumam maconha é inferior ao daqueles que não usam a droga. Os índices de aprovação em todas as disciplinas são maiores entre os não fumantes e, entre os usuários, tendem a diminuir à medida que aumenta a frequência do consumo. Os efeitos negativos do consumo de *Cannabis sativa* no progresso educacional tendem a persistir nos modelos econométricos, mesmo quando se considera que a amostra é restrita aos jovens efetivamente matriculados – afinal, parte dos danos se materializa no momento em que os usuários não atingem o nível de ensino superior ou se abandonam a universidade.

Essa é uma das conclusões destacadas pelo economista Alvaro Alberto Ferreira Mendes Junior em sua tese, defendida recentemente no Cedeplar/Face. Em diferentes ensaios, ele aborda aspectos como a vinculação do consumo de *Cannabis sativa* com o perfil socioeconômico dos estudantes universitários e com as preferências da população quanto à legalização.

Alvaro Mendes apoiou seu estudo no que ele considera as principais bases de dados disponíveis sobre drogas no Brasil: os levantamentos nacionais da USP, em parceria com a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad), do Ministério da Justiça, e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas sobre Álcool e outras Drogas, sediado na Unifesp.

O trabalho mostra que, entre os universitários brasileiros, a maconha pode ser classificada como um bem normal – a demanda é maior quanto mais alta é a renda. “Nossa melhor estimativa indica, por exemplo, que os alunos que pertencem às classes A e B têm 120% mais chances de consumir a *Cannabis* quando comparados aos das classes C, D e E. Mas, uma vez iniciado o consumo, muitos estudantes de menor poder aquisitivo progridem para o consumo de risco. Dez por cento dos usuários oriundos da classe C apresentam risco alto de dependência para a *Cannabis*. Entre os classificados na classe A, são apenas 3,1%”, salienta Alvaro Mendes, que leciona na Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro. Ele utilizou parâmetros do Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB).

Interesse x evidências

O pesquisador explica que escolheu o público universitário por constituir o recorte que conta com a melhor base de dados disponível no Brasil. “Deparamos muitas vezes com bases de corte transversal, ou seja, relativas a um período específico, quando o ideal é partirmos de uma base de dados em painel, que possibilita o acompanhamento dos indivíduos ao longo do tempo”, diz Mendes.

Sobre a informação que abre esta matéria, os dados mais significativos revelam que apenas 50,7% dos estudantes que fumam maconha passaram direto em todas as disciplinas, enquanto entre os não usuários a proporção foi de 66,1%. E só 49,6% dos usuários com risco alto ou moderado de dependência tiveram esse desempenho; a proporção foi de 66,1% para aqueles com risco baixo ou nulo. Os dados utilizados na tese foram gerados por entrevistas feitas em 2009, com 12.711 estudantes de 100 universidades, públicas e privadas.

Alvaro Mendes postula também, com base nos resultados de seu trabalho, que a defesa da legalização da maconha é baseada



Para o pesquisador, custos advindos do consumo da maconha superariam as receitas decorrentes de sua legalização

mais no interesse próprio dos proponentes do que em evidências científicas. “O lobby pela legalização é feito sobretudo por usuários, representantes da contracultura, fundações internacionais e especialistas”, diz o pesquisador.

Experiências internacionais

Alvaro Mendes encontrou numerosos estudos que projetam custos muito altos para a sociedade do consumo de drogas como a maconha. Estimativas produzidas nos Estados Unidos mencionam que os gastos com as consequências desse consumo seriam quatro vezes maiores que as receitas advindas da legalização. “No Brasil, um em cada três cigarros de tabaco é contrabandeado, o que tende a se repetir com a maconha. E o poder dos traficantes certamente seria capaz de manter o monopólio da venda da droga. Além disso, pesquisas mostram que o consumo no Brasil, que ainda é baixo se comparado ao de países desenvolvidos, aumentaria significativamente com a legalização”, alerta Mendes.

Na visão do pesquisador, que começa a preparar um livro de abordagem abrangente sobre a *Cannabis*, os estudos realizados por ele vão ao encontro de experiências internacionais. “A legalização leva ao agravamento de questões relacionadas à saúde pública e a prejuízos para o desempenho dos estudantes”, diz Mendes. “Mais eficaz é reduzir a demanda, por meio de um pacto social contra o consumo. Exemplos de sucesso nessa área são as campanhas contra as drogas realizadas nos Estados Unidos, que reduziram significativamente o uso, de 1979 a 1992. No Brasil, nas últimas décadas, constatou-se também a diminuição do consumo de tabaco”, exemplifica o pesquisador.

Tese: *Ensaio sobre as associações do consumo de Cannabis com o índice CCEB, as preferências sobre a legalização e o desempenho universitário dos estudantes efetivamente matriculados*

Autor: Alvaro Alberto Ferreira Mendes Junior

Orientador: André Braz Golgher

Defesa em abril de 2018, no Programa de Pós-graduação em Economia do Cedeplar/Face

O VALOR do trabalho DOMÉSTICO

Tese estima que as atividades do lar não remuneradas gerariam o equivalente a 10% do PIB nacional. Responsáveis por 85% dos afazeres, mulheres ganhariam mais do que os homens em qualquer faixa de renda

Matheus Espíndola

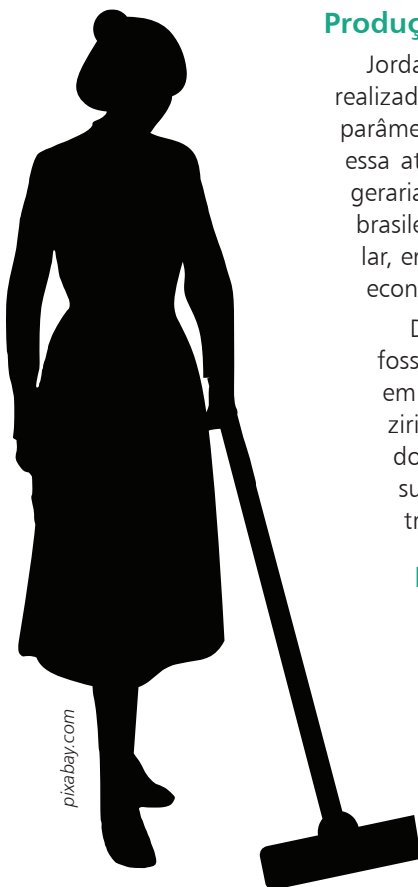
Dos 23 até por volta dos 80 anos de idade, as mulheres brasileiras passam, em média, mais tempo realizando trabalho doméstico para outros membros da família do que para o seu próprio benefício. No caso dos lares mais pobres, a idade de 13 anos é o marco para que a mulher passe a ter esse consumo negativo em relação à sua produção. De modo oposto, os homens são sempre beneficiários das transferências de tempo, independentemente do seu nível de renda.

Esses são alguns dos resultados da investigação empreendida pela demógrafa Jordana Cristina de Jesus, autora da tese de doutorado *Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise de produção, consumo e transferência*, defendida em junho deste ano, no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da UFMG. A pesquisadora utilizou dados da [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios \(Pnad\) de 2013 e de 2016](#).

Partindo do pressuposto de que tempo é recurso, a intenção da pesquisadora foi estimar o quanto as pessoas transferem de tempo, dentro de casa, para outros indivíduos. “É comum a reflexão sobre a transferência de renda, que ocorre quando você, por exemplo, paga a mensalidade escolar. Mas a abordagem sobre a transferência de tempo, sem fluxo monetário, é recente na literatura. Ela se dá quando a pessoa dedica certo número de horas a tarefas como cozinhar, lavar roupas, botar lixo para fora ou pagar contas, das quais outras pessoas do domicílio vão se beneficiar”, exemplifica a autora.

De acordo com Jordana, um homem de 30 anos produz, em média, uma hora de trabalho doméstico ao longo do dia, enquanto uma mulher da mesma idade realiza quatro vezes mais. Esse índice varia conforme o nível de escolaridade – mas somente entre o público feminino. Segundo a autora, uma brasileira de 25 anos, com até três anos de escolaridade, gasta quase seis horas por dia com afazeres domésticos não remunerados. Aquelas que estudaram por mais de 12 anos fazem menos de duas horas diárias desse tipo de serviço. No caso dos homens, a quantidade de horas nunca varia. “Em geral, o homem executa o serviço doméstico até, no máximo, a demanda de seu próprio consumo”, pontua a autora.

Na Pnad, a coleta de dados sobre trabalho doméstico é limitada ao número de horas dedicadas à manutenção da casa. Assim, o equivalente ao cuidado com crianças é subnotificado, afetando o cálculo das transferências de tempo. Para estimar as contas brasileiras, a pesquisadora combinou os dados da Pnad com as informações da pesquisa de uso do tempo da Colômbia, já que aquele país compartilha algumas características socio-demográficas, econômicas e culturais com o Brasil.



Produção invisível

Jordana projetou uma valoração do trabalho doméstico realizado pelos próprios moradores da casa, tendo como parâmetro o salário mediano pago para alguém que executa essa atividade. A contrapartida financeira, nesse cenário, geraria um montante que equivale a mais de 10% do PIB brasileiro. “Esse número mostra que o trabalho dentro do lar, embora figure como ‘invisível’, tem significativo valor econômico”, observou a pesquisadora.

De acordo com Jordana, se aos salários dos brasileiros fosse somada a contrapartida referente ao trabalho feito em casa, as mulheres de todas as faixas de idade produziriam mais do que os homens. “Responsáveis por 85% do trabalho doméstico total, as mulheres teriam ganhos superiores, mesmo recebendo menos no mercado de trabalho”, calcula.

Prestígio masculino

Como salienta a autora, o serviço doméstico realizado pelos homens é, proporcionalmente, concentrado em atividades não relacionadas à manutenção do lar. “Isso dá vazão à discussão sobre o envolvimento masculino em tarefas mais prestigiadas, como levar os filhos para passear ou para jogar futebol”, observa.

Nesse sentido, Jordana resgata um debate relacionado a maternidade e paternidade. Segundo a demógrafa, existem estudos sobre a discriminação sofrida no emprego pela mulher devido ao pressuposto de que o zelo da mãe para com os filhos prejudicaria seu desempenho no trabalho. Já o exercício da paternidade é visto como sinal de maturidade e responsabilidade. “Mas o debate sobre a ‘penalidade da maternidade’ e o ‘prêmio da paternidade’ só existe por causa do trabalho doméstico. Se a articulação dentro de casa fosse igualitária, as mulheres não ficariam em desvantagem no mercado de trabalho”, argumenta.

Como agenda de pesquisa, a autora sugere o tema das transferências intergeracionais no contexto de fecundidade adolescente. “No Brasil, são cada vez mais comuns as famílias multigeracionais, compostas de mães solteiras que vivem com seus pais. Nos países desenvolvidos, já está demonstrada a importância do tempo que os avós gastam no cuidado dos netos para que seus filhos possam trabalhar. É possível investigar, por exemplo, a associação entre a dinâmica doméstica e as variáveis de educação e trabalho de jovens mães”, projeta Jordana Cristina de Jesus.

Tese: *Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise de produção, consumo e transferência*

Autora: Jordana Cristina de Jesus

Orientadora: Simone Wajzman

Coorientador: Cassio Turra

Defesa: 19 de junho de 2018, no Programa de Pós-graduação em Demografia do Cedeplar-Face

A crise **DESMATA**

Em artigo, pesquisadores da UFMG mostram que má governança ambiental põe em risco a contribuição brasileira para o Acordo de Paris

Ana Rita Araújo

Sétimo maior emissor mundial de gases de efeito estufa (GEE), o Brasil tem dado apoio político a práticas agrícolas predatórias, o que pode impossibilitar o cumprimento de metas compatíveis com a contribuição do país para cumprir o objetivo estabelecido no acordo climático de Paris. O alerta está em artigo publicado em julho, na revista *Nature Climate Change*, por pesquisadores da UFMG, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade de Brasília (UnB).

Um dos autores do trabalho, o professor Raoni Rajão, do Departamento de Engenharia de Produção da UFMG, explica que, historicamente, a dinâmica do desmatamento no país tem sido moldada não apenas por ações administrativas concretas, mas também pelos sinais enviados pelo governo, que podem, direta ou indiretamente, incentivar os agentes econômicos a decidir se desmatam ilegalmente ou não.

Rajão comenta que, em alguns setores, estabeleceu-se a certeza de que basta pressionar para que o presidente assinasse decretos que desprotegem uma reserva de cobre ou uma grande unidade de conservação, por exemplo, o que “dá uma sensação de poder a quem está desmatando, e isso vai ser tra-

duzido em desmatamento”. Assim, mesmo com a manutenção e o aprimoramento das políticas de controle do desmatamento, existe o risco de que a perda das florestas continue se acelerando nos próximos anos.

O arranjo institucional também pode ser afetado pelo grau de cooperação com o regime internacional sobre mudança climática. Firmado por 195 países no fim de 2015, com efeito a partir de outubro de 2016, o Acordo de Paris da Convenção Climática definiu o compromisso de manter o aumento da temperatura média global em menos de 2°C com relação aos níveis pré-industriais. “Um dos conceitos de fundo que quisemos explicitar é que o orçamento climático, ou seja, aquilo que cada país pode emitir é um bolo limitado de recursos”, comenta o professor, que compõe com a pesquisadora Juliana Davis a equipe da UFMG liderada pelo professor Britaldo Soares-Filho.

Por meio de modelos de avaliação integrados, desenvolvidos especificamente para o Brasil, os autores do artigo desenham três cenários de emissão de dióxido de carbono (CO₂) e estimam o esforço necessário em outros setores da economia para compensar o enfraquecimento da governança ambiental que resulta potencialmente em maiores taxas de desmatamento.

Uma das intenções, segundo o professor, é enfatizar a noção de orçamento de carbono, recurso limitado que precisa ser usado por todos os setores da economia “da maneira mais inteligente possível, para promover o máximo de crescimento”. O orçamento fixo de carbono que o Brasil pode emitir, de 2010 a 2050, é de 24 gigatoneladas (GtCO₂). “Dependendo do cenário de governança ambiental, sobrariam apenas 0,9 GtCO₂ para todos os outros setores. E, para respeitar a meta mundial de 2°C, o Brasil terá de comprar créditos de carbono de outros países, porque não tem tecnologia suficientemente desenvolvida para que os outros setores emitam tão pouco”, pondera Raoni Rajão. Em sua opinião, o setor produtivo precisa estar atento a essa realidade e “começar a ter um diálogo interno mais articulado, para racionalizar a forma como cada um está emitindo GEE”.

Os autores do artigo dividiram a governança ambiental no Brasil em três grandes períodos: pré-2005, em que era muito precária e com altas taxas de desmatamento; 2005 a 2011, com resultados efetivos na redução do desmatamento; 2012 a 2017, em que a governança sofreu erosão gradual, com a grande anistia concedida a desmatadores ilegais, na revisão do Código Florestal, e agravada pela crise política. “Por esses motivos, mesmo que tenham sido aprimoradas, as políticas de controle não conseguiram impedir o aumento no desmatamento, de 2012 a 2017”, explica Rajão.

Cenários

Com base nos dados observados no passado recente, foram definidos três cenários. O melhor seria aquele com queda do desmatamento, devido a um reforço na capacidade do governo e à sinalização política de que isso não será tolerado. O pior cenário seria o de abandono completo das políticas de controle. “Entendemos como tendencial o cenário intermediário, que é a realidade atual, com retomada do desmatamento. Mesmo com a manutenção das políticas de proteção, há uma crescente sinalização pró-desmatamento”, pondera o professor.

No pior cenário, mantida a tendência de desmatamento e de barganhas políticas, será preciso investir de dois a cinco trilhões de dólares para alcançar a meta de Paris. “Para produzir a energia para consumo doméstico, não bastará uma tecnologia intermediária, como a queima de biocombustível, ou uma termelétrica. Será preciso comprar tecnologia de ponta, caríssima, para gerar energia, por exemplo, enterrando as emissões debaixo da terra, o que hoje é inviável do ponto de vista comercial”, exemplifica. Segundo Rajão, a própria indústria terá de pagar uma taxa de carbono altíssima para se modernizar, talvez até mesmo prematuramente. Por isso, alerta o pesquisador, a preocupação com as emissões não deve ser exclusivamente dos ambientalistas.

(Versão ampliada desta matéria foi publicada no Portal UFMG, em 11/7/2018)

Foca Lisboa/UFMG



Raoni: tendência de retomada do desmatamento

GESTÃO DE SAÚDE

O Congresso de Gestão de Serviços de Saúde – Avanços e desafios para gestão em saúde, que celebra 30 anos do SUS e será realizado de 1º a 3 de outubro, no campus Saúde, inscreve trabalhos até 20 de agosto. Os resumos expandidos devem se enquadrar em um dos cinco eixos temáticos do encontro: Política, planejamento e avaliação em saúde; Trabalho e gestão participativa; Tecnologias gerenciais; Gestão do risco e segurança do paciente; Gestão e saúde.

Conferências de especialistas brasileiros e do exterior, oficinas, mesas-redondas e atividades científicas e culturais constam da programação do evento, que também abrigará quatro minicursos: Judicialização de saúde no cenário atual; Desperte sua melhor versão; Atualização em segurança no uso de medicamentos; Suporte básico de vida adulta e qualidade da reanimação cardiopulmonar. Mais informações podem ser obtidas na página www.even3.com.br/cgss.

INFORMAÇÃO E IMAGINÁRIO

A relação das pessoas com a informação é permeada por elementos simbólicos e afetivos que mudam a forma como elas interpretam e dão sentido à realidade. A relevância desses elementos para os estudos dos fenômenos infocomunicacionais será discutida em palestras e conferências, nos dias 16 e 17 de agosto, no campus Pampulha, durante o 1º Colóquio Informação e Imaginário.

O evento terá participação de pesquisadores de diferentes áreas que trabalham com ferramentas capazes de investigar a interferência do inconsciente e do imaginário, relacionados à comunicação, ao compartilhamento e à interpretação da informação. As inscrições, gratuitas, devem ser feitas até 15 de agosto, no site <https://bit.ly/2Lujffi>.

No próximo dia 13, às 19h, na Sala 1000 da ECI, será realizado o pré-colóquio, que vai compor a programação das Atividades Complementares, destinadas sobretudo aos alunos dos cursos noturnos. Na ocasião, Frei Chico van der Poel vai ministrar a palestra *Autonomia popular, pluralidade e imaginário: a suposta contradição entre tradição oral e contemporaneidade*, em que compartilha suas experiências em comunidades do Vale do Jequitinhonha.



Julia Duarte / UFMG

UFMG espera reduzir em 40% os custos das ligações de telefones fixos para aparelhos celulares

TELEFONIA

Os ramais internos de telefone fixo que originarem chamadas para celulares ou números externos à Universidade agora podem ser identificados por quem as recebe. A mudança decorre de alterações nos serviços de telefonia, com substituição da operadora licitada para prestar o serviço. A cada 24 meses, há um processo de reavaliação dos serviços de telefonia da Universidade em relação ao mercado. De acordo com o resultado, a operadora é mantida ou abre-se nova licitação. Em março deste ano, a Embratel-Claro substituiu a Oi.

Nas ligações de telefone fixo para celular, a Universidade espera reduzir os custos em cerca de 40%, com base no perfil de usuário traçado nos últimos quatro anos. Os números telefônicos continuam os mesmos, tanto em Belo Horizonte como em Montes Claros, e a ligação ramal a ramal permanece sem gerar custos, mesmo entre as cidades. A exceção são as chamadas para o Museu de História Natural e Jardim Botânico e para o Centro Cultural UFMG.

Outra mudança foi a adoção de mensagem – em português, espanhol e inglês – que passa a ser ouvida por quem liga para o (31) 3409-5000, número geral da Universidade. A gravação orienta o usuário a buscar o Portal da UFMG, em que é possível encontrar o catálogo telefônico, informações sobre as unidades acadêmicas e administrativas, cursos, eventos e notícias.

CONCURSOS DE LITERATURA E FOTOGRAFIA

Poemas, contos e fotografias podem ser inscritos em dois concursos promovidos pela Organização de Aposentados e Pensionistas (OAP). Eles são abertos a associados da entidade, incluindo cônjuges e parentes de primeiro grau (pais e filhos), professores, funcionários e alunos da UFMG e alunos das oficinas e cursos promovidos pela OAP.

O concurso de literatura recebe os textos até 31 de agosto, e o de fotografias, com o tema *Cidades invisíveis*, tem inscrições abertas até 28 de setembro. Serão distribuídos prêmios em dinheiro para os três primeiros lugares de cada categoria. A inscrição é gratuita somente para os associados. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (31) 3409-4505 e na página da OAP: www.oapufmg.org.br/.

VIOLÊNCIA NO ESPORTE

Trazer à tona a homofobia, o racismo, o machismo e outras violências praticadas no futebol e promover reflexões para subsidiar novas políticas que assegurem direitos no esporte. Esses são os objetivos que permeiam a programação de eventos que vão reunir, no campus Pampulha, de 13 a 15 de setembro, pesquisadores da UFMG e de outras universidades, jornalistas e representantes de entidades ligadas ao esporte.

Os participantes do 3º Simpósio Internacional Futebol, Linguagem, Artes, Cultura e Lazer e do 2º Seminário Futebol nas Gerais vão redigir carta aberta com o objetivo de levar as conclusões dos eventos para federações esportivas, clubes, entidades científicas, sociais e políticas. A ideia é contribuir para a construção de novos diálogos e de políticas que garantam direitos no esporte.

O evento é promovido pelo Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas (GEFuT), em parceria com o Núcleo de Estudos sobre Futebol, Linguística e Artes (FuLiA). Mais informações estão disponíveis na internet: <https://bit.ly/2JCso70/>.

Uma **VIDA** dedicada ao **TORNAR-SE**

Em tese defendida na Faculdade de Letras, pesquisadora faz inventário da vida de Kafka por meio da investigação psicanalítica de sua escrita

Ewerton Martins Ribeiro

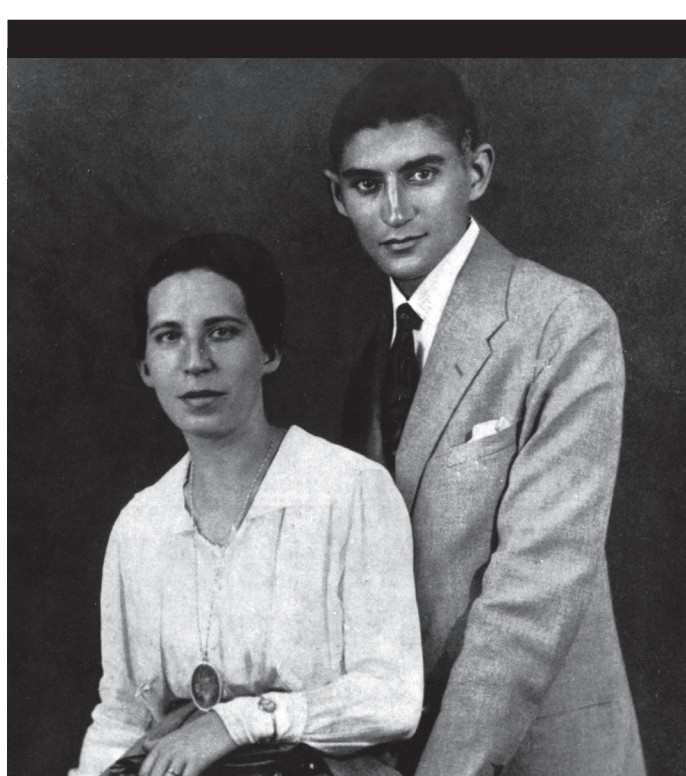
No primeiro semestre deste ano, foi defendida na Faculdade de Letras (Fale) a tese *Kafka e a busca de sustentação: um corpo a se escrever*. No trabalho, a psicanalista Bárbara Guatimosim parte de autores que abordam o corpo na literatura (Adorno, Barthes, Blanchot, Deleuze & Guattari, Foucault, Freud, Lacan, entre outros) para revelar, por meio de método psicanalítico, a “construção da vida escrita” do escritor tcheco Franz Kafka (1883-1924) – e o faz sem procurar diferenças entre seus textos mais ficcionais, como os romances, e suas cartas e diários. Ao contrário, Bárbara tenta conferir à obra de Kafka “valor literário e testemunhal indistinto”, até por entender que muito do que ele escrevia em seus diários funcionava como um rascunho para aquilo que, posteriormente, ele estabeleceria em termos literários.

Ao investigar esse material, a psicanalista concluiu que o escritor viveu toda a sua curta vida atravessado pela hipocondríaca sensação de que seu corpo “não respondia à altura suas ambições” e que, portanto, não podia contar com ele. Assim, defende a pesquisadora, “toda sua vida escrita foi dedicada a dar tratamento a uma falta de lugar, de corpo, de chão” que o oprimia; dedicada a lidar com o embate “sem trégua entre a potência vital de um desejo intenso e o padecer de um grande sofrimento”, o sofrimento de possuir um corpo em seu entender insuficiente, frágil, suscetível ao adoecimento: um corpo incapaz de sustentá-lo a contento.

Corpo feito de linguagem

A autora aborda, no primeiro capítulo, essa insatisfação de Kafka com o próprio corpo e investiga as estratégias que ele utiliza “na busca de suporte e sustentação de um corpo a se escrever” – notadamente, a constante operação de metamorfose. “Vemos que a curta vida de Kafka é não só dedicada à literatura propriamente dita, mas é uma vida de um corpo que, de diversas maneiras, não cessa de se escrever”, afirma a pesquisadora, aproximando as ideias de corpo e *corpus*. Na sequência, ela trata da função das cartas e das fotos na vida e na obra do escritor e de como ele “tenta enlazar e fazer corpo com suas eleitas [*namoradas*] a partir do vínculo epistolar”. Nessa parte, a autora aborda a busca desesperada de Kafka pelo casamento, “sempre torturado por desejos sexuais, real pulsional que ele nunca negou”.

Bárbara retorna, no terceiro capítulo, às dificuldades que Kafka enfrenta por se sentir “habitando um corpo que lhe escapa e com o



Kafka e Felice Bauer, de quem foi noivo, no verão de 1917

Wagenbach/Catálogo da exposição Franz Kafka 1883-1924

qual não pode contar”. Segundo ela relata na tese, o escritor “sofre de hipocondria desde a juventude e, depois de desejar a morte, sem coragem para o suicídio, contrai tuberculose aos 34 anos, ao fim de suas tentativas desesperadas de casar-se”. A doença, apesar de surgir como vaticínio mortal, “chega também como uma redenção, alívio para o peso dos fracassos do homem que queria e não chegou a ser”, diz a pesquisadora. “A doença é abraçada por Kafka como libertação das exigências do corpo e solução final para seus impasses na vida e que, inesperadamente, tem, como uma espécie de efeito colateral, a consequência de abrir-lhe a via do encontro com uma mulher.” Nas considerações finais, a autora trata dos impactos da escrita de Kafka nos corpos de seus leitores e no corpo da cultura.

A tese foi orientada por Ram Mandil, professor da Fale cuja formação está sediada na imbricação entre literatura, filosofia e medicina (psiquiatria e psicanálise). Ram já havia orientado Bárbara em seu mestrado, no qual a pesquisadora defendeu a dissertação *Kafka e a escrita destinada ao pai: de uma carta à letra*, que se relaciona diretamente com o terceiro capítulo da tese que ora vem a público. Na dissertação, Bárbara parte da famosa carta escrita (e nunca entregue) por Kafka a seu pai para investigar o que seria “a função da escritura e da letra em uma vida que, em suas palavras [*as de Kafka*], confunde-se com a literatura, na busca de uma saída”.

Tese: *Kafka e a busca de sustentação: um corpo a se escrever*

Autora: Bárbara Maria Brandão Guatimosim

Orientador: Ram Avraham Mandil

Defesa em 13 de abril de 2018, no Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos Literários

EXPEDIENTE

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida – Vice-reitor: Alessandro Fernandes Moreira – Diretora de Divulgação e Comunicação Social: Maria Céres Pimenta Spínola Castro – Editor: Flávio de Almeida (Reg. Prof. 5.076/MG) – Projeto Gráfico: Marcelo Lustosa – Diagramação: Romero Morais – Revisão: Cecília de Lima e Josiane Pádua – Impressão: Imprensa Universitária – Tiragem: 4,6 mil exemplares – Circulação semanal – Endereço: Diretoria de Divulgação e Comunicação Social, campus Pampulha, Av. Antônio Carlos, 6.627, CEP 31270-901, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil – Telefone: (31) 3409-4184 – Internet: <http://www.ufmg.br> e boletim@cedecom.ufmg.br. É permitida a reprodução de textos, desde que seja citada a fonte.

UFMG

Carta

9912388766/2015DRMG

UFMG

Correios